

John Locke e a educação: apontamentos acerca das contradições explícitas em uma perspectiva naturalizadora de desigualdades

John Locke and education: appointments on explicit contradictions under a naturalizing perspective of inequalities

John Locke y la educación: apuntes acerca de las contradicciones explícitas en una perspectiva naturalizadora de desigualdades

Crislaine Aparecida Pita - Universidade Estadual de Maringá | Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação | Maringá | PR | Brasil. E-mail: crislainepita00@gmail.com | 

Marco Antônio de Oliveira Gomes - Universidade Estadual de Maringá | Departamento de Fundamentos da Educação | Maringá | PR | Brasil. E-mail: marco1964.ma@gmail.com | 

Ana Paula Aires Rodrigues - Universidade Estadual de Maringá | Divisão de Creche | Maringá | PR | Brasil. E-mail: ana_aires1@outlook.com | 

Resumo: Este artigo se propõe, a partir de uma abordagem materialista-dialética, a analisar as condições históricas que possibilitaram o desenvolvimento dos pressupostos liberais no contexto da modernidade e discuti-los enquanto ideologia, que se tornou a hegemônica defensora da primazia dos direitos naturais do homem burguês moderno, considerando-se, principalmente, os enunciados teóricos de John Locke (1632-1704). A partir das análises realizadas, percebe-se que, em última instância, este legado teórico tem como cerne a defesa dos direitos naturais, essencialmente, da liberdade, da igualdade e, da propriedade. Busca-se, então problematizar as implicações desse pensamento para educação no bojo das transformações históricas, já que, ao homem burguês moderno caberia uma educação voltada para coordenar a nova sociedade capitalista que se forjava, qual seria então aquela destinada ao trabalhador livre assalariado, nascente juntamente com a burguesia em ascensão?

Palavras-chave: Pressupostos liberais. John Locke. Educação.

Abstract: Based on a dialectical materialistic approach, this study aimed at assessing the historical conditions that enable the development of liberal assumptions in the contexto of modernity, in addition to discussing them as ideology, which has become the hegemonic defender of the natural rights primacy of the modern bourgeois man, mainly considering, the theoretical statements by John Locke (1632-1704). The analysis carried out showed that, in the last instance, this theoretical legacy is based on the defense of 'natural rights', essentially, of freedom, equality, and property. Therefore, rendering problematic on the implications of this thought for education is searched, in the bosom of the historical transformations, since for the modern bourgeois man it would fit an education focused on coordinating the new capitalist society that was forged. Would that be an education that appeared together with the rising bourgeoisie intended for the free working man?

Keywords: Liberal assumptions. John Locke. Education.

Resumen: Este artículo se propone, a partir de un abordaje materialista-dialéctico, analizar las condiciones históricas que posibilitaron el desarrollo de las premisas liberales en el contexto de la modernidad y discutir las en cuanto ideología, la cual se volvió la hegemónica defensora de la primacía de los derechos naturales del hombre burgués moderno, considerándose, principalmente, los enunciados teóricos de John Locke (1632-1704). A partir de los análisis realizados, se percibe que, en última instancia, este legado teórico tiene como principal núcleo la defensa de los derechos naturales, esencialmente, de la libertad, igualdad y propiedad. Se busca, por tanto, problematizar las implicaciones de este pensamiento para la educación en el trasfondo de las transformaciones históricas, puesto que al hombre burgués moderno le cabría una educación dirigida para coordinar la nueva sociedad capitalista que se forjaba, ¿cuál sería entonces aquella destinada al trabajador libre asalariado, naciente juntamente con la burguesía en ascensión?

Palabras clave: Premisas liberales. John Locke. Educación.

1 Introdução

A compreensão do liberalismo em suas origens e proposições é tarefa imprescindível para o entendimento dos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam inúmeras projetos no debate educacional contemporâneo no Brasil. No entanto, quando se aborda o pensamento liberal é comum associá-lo a ideia de democracia. Seria uma associação válida? Até que ponto a liberdade defendida pelos liberais se materializou concretamente na vida de todos? Quais são seus desdobramentos para o campo da educação?

Estas questões constituíram-se no ponto de partida para o desenvolvimento do presente trabalho, que objetiva expor uma análise dos postulados teóricos de John Locke (1632-1704), principalmente àqueles considerados político-pedagógicos, a fim de discutir seus pressupostos histórico-filosóficos e sua relação com o contexto material de produção. E, a partir disso, apresentar apontamentos que nos possibilitam compreender as contradições explícitas em uma perspectiva naturalizadora de desigualdades entre os homens, no caso em questão a perspectiva liberal.

Para responder de forma satisfatória os questionamentos elencados, partimos do pressuposto que o pensamento liberal não pode ser compreendido de forma isolada da realidade histórico-social que o forjou. Em sua gênese, seus fundamentos foram sistematizados a partir das revoluções ocorridas na Inglaterra do século XVII, penetrando no continente europeu ao longo do século XVIII.

Ademais, quando se trata de compreender a gênese dos fundamentos teóricos de determinado sistema filosófico, político ou pedagógico, deve-se considerar suas particularidades, contudo, estas devem ser compreendidas no conjunto do processo histórico no qual foram forjadas. Assim, é possível pensar na totalidade referente a elaboração de determinado sistema.

Ao procedermos a análise dos pressupostos políticos-pedagógicos do pensamento de John Locke, é válido ressaltar que este é considerado um dos principais autores do legado liberal moderno. Devemos, portanto, localizá-lo em seu tempo histórico e compreender as transformações sociais do período no qual este sistema de ideias foi produzido. E, por conseguinte, empreender as distinções necessárias entre esta e outras vertentes do liberalismo, bem como buscar suas similitudes para uma melhor compreensão histórica.

Portanto, é válido saber que John Locke nasceu em 1632 e faleceu em 1704, na Inglaterra. Viveu, praticamente toda sua vida no século XVII, logo, durante um momento de grandes transformações históricas, de origem burguesa, ainda na juventude, estudou nas universidades de Londres e Oxford, na Inglaterra. Foi a partir dessas vivências, que desenvolveu suas elaborações intelectuais, que, grosso modo, tem seus alicerces em três bases teóricas, sendo estas: o Liberalismo, o Contratualismo e o Empirismo inglês (NUNES, 2017).

Seus escritos foram elaborados num contexto histórico marcado por mudanças radicais, entre elas a luta clássica entre parlamentaristas e monarquistas, ocorrida na Inglaterra. Esta que culminou com a Revolução Gloriosa que colocou fim ao absolutismo monárquico, com aumento do poder do Parlamento Inglês (NUNES, 2017). Suas escolhas teóricas, iniciaram-se com seus estudos e reflexões alicerçados com base no empirismo, cuja síntese é a aceção de que tudo deve ser comprovado empiricamente, por meio de dados sensíveis, os quais devem ser submetidos à razão humana.

Sinteticamente, entendemos a doutrina liberal como uma elaboração teórica da burguesia em sua luta contra os privilégios da nobreza e o absolutismo monárquico. A questão da liberdade ou de determinadas concepções sobre o Estado e seu papel na sociedade são reiterativas na produção de diferentes intelectuais. Trata-se de um postulado que parte da premissa que a sociedade configura-se pela coexistência de um conjunto de indivíduos, dotados de direitos naturais, voltados para seus interesses particulares, que ao defenderem seus interesses de modo individualista, contribuem para o desenvolvimento do todo social. Ao considerarmos as explicações de Locke acerca da configuração e desenvolvimento da sociedade, podemos pensar que “[...] em seu nascimento, o liberalismo foi essencialmente filosófico e político” (NOMA, 2017, p. 101).

Do ponto de vista de Chaves (2007), o liberalismo é entendido como a mais sensata das filosofias políticas. A tese liberal, neste sentido, defende que o governo “deve abster-se de toda e qualquer tentativa de atuar diretamente na economia [...] ou mesmo de regular e fiscalizar a economia, ou de nela intervir de qualquer forma [...]” (CHAVES, 2007, p. 9). Na compreensão de Chaves o liberalismo econômico, geralmente denominado capitalismo, é uma decorrência lógica do princípio básico do liberalismo, pois para a convivência em sociedade, é “desejável buscar a maior liberdade possível para cada um que seja compatível com igual liberdade para todos” (p.

9). Uma questão pertinente a ser considerada é que, em suas origens, o pensamento liberal não se confundiu com a defesa da liberdade irrestrita para todos. Em relação a isso Boito Junior (1999), afirma que, no seu nascimento, o liberalismo não era democrático, já que diversos autores alinhados a este pensamento consideravam que “[...] as classes trabalhadoras deveriam usufruir de direitos civis mínimos” (p. 24).

Não se tratava, obviamente, de uma luta pela liberdade, mas de um projeto social que respeitasse a propriedade burguesa que se materializava com o processo de acumulação primitiva do capital, tal qual foi descrito por Marx (1985). Se faz relevante destacar que a liberdade defendida por inúmeros intelectuais é a liberdade de comércio, e a livre negociação entre aqueles que controlam os meios de produção e aqueles que apenas possuem sua força de trabalho.

Neste cenário, John Locke, acionista da Royal African Company, empresa dedicada ao tráfico de escravos, foi um dos grandes expoentes que sistematizou um conjunto de ideias que rompia com a lógica da monarquia absolutista em defesa da liberdade. Não por acaso, a produção filosófica de Locke é contemporânea ao processo de ascensão do modo de produção capitalista, tal como, ainda hoje ecoam em diversas propostas educacionais, documentos norteadores e discursos oficiais quando se trata da educação formal da classe trabalhadora.

Além disso, concordamos com Gadotti (2003) quando assevera que, o estudo das ideias pedagógicas não pode se limitar a apresentar o que os filósofos disseram sobre a educação, tampouco se restringir a uma iniciação ao estudo da filosofia, seja ela antiga ou contemporânea. Este conhecimento de história, filosofia e sociologia da educação, proporciona, segundo o autor, a melhor compreensão de nossa própria prática, a fim de que possamos transformá-la. Portanto, recorrer aos clássicos “mais do que possibilitar um conhecimento teórico sobre a educação, tal estudo forma em nós educadores, uma postura que permeia toda a prática pedagógica.” (GADOTTI, 2003, p. 15).

Dito isto, com vistas a atingir os propósitos empreendidos com este texto e, possibilitar a interlocução de modo didático, a exposição de seu conteúdo estrutura-se da seguinte maneira: primeiramente, expõe-se aspectos histórico-materiais que possibilitaram o desenvolvimento do pensamento liberal no contexto da modernidade; num segundo momento, discute-se a produção intelectual de John Locke; e, por fim, explicita-se as contradições existentes neste sistema de

ideias, considerando os seus postulados teóricos em relação às práticas sociais estabelecidas pelos homens em seu conjunto e organizados sob o modo de produção capitalista.

2 Apontamentos históricos acerca dos postulados do pensamento liberal

Como ponto de partida, um dos conceitos basilares para a compreensão do pensamento liberal – a liberdade individual, deve ser compreendida a partir da constituição do modo de produção capitalista, resultante da decomposição do que restava das relações feudais.

Metodologicamente, ressalta-se que ao abordar historicamente o Sistema Liberal de Ideias, cumpre ao pesquisador considerar que não se trata de uma única matriz. Aliás, justamente por essa compreensão, se faz necessário apresentar, mesmo que sumariamente, acepções correlatas ao termo Liberalismo aqui discutido. Entendemos que a localização dos termos é válida e necessária em virtude de possibilitar uma melhor compreensão em relação às suas distinções históricas, bem como as similitudes concebidas entre as diferentes vertentes do pensamento liberal e, assim localizar historicamente as discussões apresentadas posteriormente.

O século XVII foi cenário de inúmeras transformações sociais. A mudança de visão de mundo do homem ocidental, ocorreu sobretudo, por influência da mudança no modo de produção, na transição de um modelo de economia feudal para um capitalista que vinha se desenhando, nesse momento histórico, as novas necessidades econômicas não mais admitiam uma visão teocêntrica, tal qual predominou na idade média.

Obviamente, essa transição não ocorreu de forma harmoniosa, se deu principalmente, por meio de conflitos das mais diversas ordens. Durante a Idade Média, o conhecimento predominante era pautado na fé. O novo modelo que se colocava diante dos homens, e as novas necessidades históricas criadas exigiam que a visão de mundo fosse assim também, modificada. Desse modo, um conjunto de fatores, acabou propiciando o espaço necessário para o desenvolvimento de ideias pautadas numa visão antropocêntrica de mundo.

A transição do feudalismo ao capitalismo, significou, sobretudo, a substituição da terra pelo dinheiro, como símbolo de riqueza. Foi o período em que um conjunto de fatores preparou a desagregação do sistema feudal e forneceu as condições para o surgimento do sistema capitalista. Essas mudanças ocorridas possibilitaram uma nova visão de mundo, que por sua vez, contribuiu para a desestruturação da relação entendida até então (ANDERY *et al.*, 2012).

A superação histórica daquele modelo de organização social, resultou em um processo que possibilitou progressivamente reformular as formas de apreensão do conhecimento existentes até então. Dessa forma, passou a valorizar a utilização da razão, dos dados sensíveis e da experiência em contraposição a fé como formas de compreensão do mundo. Além disso, as relações Deus-Homem, foram substituídas pela Homem-natureza. Essa atitude crítica do pensamento moderno materializa-se fundamentalmente em sua oposição aos valores herdados da Idade Média, entendida como período marcado por crenças e preconceitos que deveriam ser eliminados.

O pensamento proveniente dessas transformações históricas foi marcado pela ascensão econômica e política da burguesia e tendeu a refletir as ideias, interesses e necessidades dessa classe. Pode-se dizer que ele expressou, embora de diferentes formas e em graus variados, três valores básicos da sociedade burguesa: a liberdade (entendida como liberdade de comércio), o individualismo (a centralidade no próprio homem) e a igualdade (jurídica e abstrata).

Nesse sentido, as barreiras do feudalismo que dificultavam as atividades comerciais foram vistas como a negação do direito natural do indivíduo em realizar livremente as trocas. Do mesmo modo, as normas das corporações de ofício também eram acusadas de impedir o livre desenvolvimento individual.

No âmbito econômico, os segmentos mais avançados da burguesia posicionavam-se contrários ao mercantilismo, que compreendia uma série de medidas adotadas pelos Estados monárquicos de caráter absolutista, para assegurar riqueza e poder, para manter ou ampliar em seus domínios as reservas de ouro e prata. Entre as medidas de caráter mercantilista, podemos elencar, por exemplo, as restrições à importação, tarifas protecionistas, monopólio do comércio com as colônias, entre outras. Assim, a liberdade de comércio e a livre concorrência era uma constante no vocabulário burguês.

No ponto de vista político e ideológico, o absolutismo era outro obstáculo às pretensões burguesas ainda que mantido fundamentalmente por ela, e que, historicamente tenha desempenhado funções de seus interesses. Nesses termos, a doutrina liberal propugnava por um governo cujas decisões estivessem nas mãos dos representantes do povo.

Como fundamento dos postulados da liberdade, Locke argumentava que a condição de liberdade não está plenamente assegurada no estado de natureza, caracterizado pela ausência do

Estado. Nessas condições, o homem é exposto com frequência à violação de sua liberdade e propriedade. Do mesmo modo, em um estado tirânico, os direitos também podem ser violados, uma vez que os monarcas absolutos julgam de acordo com suas convicções.

Nesses termos, a origem do Estado para Locke vincula-se a uma visão a-histórica. Em seu entendimento, para proteção dos direitos naturais de cada um, cada indivíduo renuncia a condição de liberdade em nome do poder instituído pelo acordo entre os membros da coletividade. Trata-se de um contrato constituído por meio do consenso e de leis previamente estabelecidas, que tem por finalidade regular as relações sociais, assegurando a liberdade e a propriedade. Em outras palavras, John Locke propugnou pela limitação do poder real por meio de uma Constituição que conservasse a propriedade acumulada pelos indivíduos e controlasse concomitantemente o estado de natureza dos homens. Vejamos suas afirmações, em relação àquilo que considerava inconveniências do estado de natureza,

[...] o governo civil é o remédio adequado para as inconveniências do estado de natureza, que certamente devem ser grandes; quanto aos homens é facultado serem juízes em suas próprias causas, pois é fácil imaginar que aquele que foi injusto a ponto de causar injúria ao irmão dificilmente será justo o bastante para condenar a si mesmo por tal (LOCKE, 1998, p. 392).

A defesa da liberdade tornou-se bandeira de inúmeros autores contra o arbítrio e a ameaça à propriedade. Ainda que se considere as contribuições do pensamento liberal, que são inegáveis e não podem ser omitidas, não é verdadeiro que o tema liberdade se constituísse em questão central deste movimento. Faz-se necessário a aferição histórica das bandeiras levantadas pela burguesia. “[...] o discurso liberal que coloca como central a questão da liberdade, para um marxista, não quer dizer nada; é só um amontoado de palavras abstratas. O estudioso marxista procura historicizá-las” (ALVES, 2007, p. 81). Por isso, faz-se necessário compreender o sentido que o liberalismo foi adquirindo ao longo do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. A propósito, Marx afirmou a respeito das bandeiras de liberdades empunhadas pela burguesia: “[...] não vos deixeis enganar pela palavra abstrata liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de um simples indivíduo em presença de outro indivíduo. É a liberdade que o capital tem em esmagar o trabalhador.” (MARX, 1976, p. 156). Em relação as ponderações de Marx, concordamos, assim, também com Ianni (1992, p. 11) que, “[...] a análise dialética torna transparentes as relações, os processos e estruturas capitalistas”. Além disso, essa abordagem

metodológica nos possibilita uma apreensão adequada do movimento real, já que opera como uma técnica de “desmascaramento, pois exige a crítica das ideias, conceitos ou representações, sob as quais as pessoas, as classes sociais e as coisas aparecem na consciência e na Ciência” (IANNI, 1992, p. 11). De modo sucinto, é possível afirmar que o chamado Estado liberal consolidou-se no século XIX, mas também é verdadeiro que seus expoentes teóricos datam do século XVIII e Locke, que viveu praticamente toda sua vida no século XVII. Muito pode ser dito sobre o triunfo do liberalismo nesse período: a aceitação das relações escravistas; a legislação que restringia a formação de sindicatos por parte dos trabalhadores; a exploração da mão de obra infantil; o protecionismo praticado pelas grandes potências que afirmavam a necessidade da liberdade de comércio, entre outras coisas. Há que se considerar que o chamado liberalismo clássico correspondeu à expressão ideológica imperativa do capital no processo de sua consolidação. Em uma breve síntese,

[...] para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões. Em outras palavras, cada homem era naturalmente possuído de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a Declaração de Independência dos Estados Unidos, embora os pensadores liberais mais lógicos preferissem não colocar isto na linguagem dos “direitos naturais” (HOBBSAWM, 1989, p. 266).

Assim, o Estado liberal-burguês foi forjado a partir da desintegração econômica, social e política do Antigo Regime, que tem seu apogeu com a Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, independência dos Estados Unidos em 1776 e Revolução Francesa em 1789, que apesar das especificidades, encontram seu fundamento racional da defesa de indivíduos livres que estabelecem entre si o pacto para a instituição de um estado alicerçado nos direitos naturais dos homens.

De fato, para os liberais, só há um propósito para que os homens convivam em sociedade: a defesa da propriedade e da liberdade sem o uso da coerção por parte do Estado. Assim, a ideia de liberdade natural convergia com o princípio de individualidade do ideário burguês. Ressalta-se que a noção de liberdade nessas circunstâncias históricas, eram condizentes com os interesses da burguesia, as quais eram liberdades de classe que não se estendiam à massa (PEREIRA; GIOIA, 1996).

Cabe destacar que, no berço do pensamento liberal, a palavra escravidão foi utilizada como metáfora contra os grilhões do Estado despótico que impediam a liberdade dos cidadãos. Nesse sentido, muitos dos intelectuais identificados com os propósitos do pensamento liberal, que defenderam com devoção a ideia de liberdade e igualdade, conviveram tranquilamente com as condições de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores. Sobre isso, Huberman (1982, p. 188) é assertivo em suas colocações, vejamos:

Se um marciano tivesse caído naquela ocupada ilha da Inglaterra teria considerado loucos todos os habitantes da Terra. Pois teria visto de um lado a grande massa do povo trabalhando duramente, voltando à noite para os miseráveis e doentios buracos onde moravam, que não serviam nem para os porcos; de outro lado, algumas pessoas que nunca sujaram as mãos com o trabalho, mas não obstante faziam as leis que governavam as massas e viviam como reis, cada qual num palácio individual.

O liberalismo deve ser identificado com a defesa do trabalho livre, a eliminação dos obstáculos feudais, além da limitação do poder do Estado. No entanto, é importante lembrar que exploração do trabalhador livre e a escravidão não foram temáticas combatidas pelos pensadores liberais. Mesmo a Inglaterra, o berço do liberalismo europeu, constituiu-se na maior traficante de escravos da época moderna. Nesse mesmo cenário, os EUA, cuja independência se fez em contra a tirania da Inglaterra aos colonos, manteve a escravidão em suas terras.

Losurdo (2006) é enfático a respeito quando se trata da análise dos documentos que presidem à terceira revolução liberal e à fundação dos Estados Unidos. Segundo o autor,

[...] À primeira vista a Declaração de independência e a Constituição de 1787 parecem inspiradas e permeadas por um pathos universal de liberdade: “Todos os homens foram criados iguais” – é o grito solene do primeiro documento; é necessário “salvaguardar para nós mesmos e para os nossos descendentes o dom da liberdade” – é a declaração não menos solene do segundo. Mas, basta uma leitura um pouco mais atenta para esbarrar, já no artigo I da Constituição, na contraposição entre “homens livres” e “resto da população” (other persons) e calcular assim o número de deputados em que existe a instituição da escravidão (LOSURDO, 2006, p. 37).

É importante ressaltar que a luta da burguesia para desvencilhar-se dos obstáculos oriundos das relações feudais, até a ascensão do estado burguês ao longo da Idade Moderna, não autoriza-nos a generalizar que a liberdade fosse um pressuposto absoluto. Na constituição do pensamento liberal, a escravidão não foi combatida pelos arautos da liberdade.

A propósito, ainda que o trabalho livre tenha se constituído como uma necessidade para consolidação do capital no continente europeu, o mesmo não pode ser dito em relação às colônias

e ao EUA no período pós independência (1776). A título de exemplo, Thomas Jefferson, homem comprometido com a luta pela independência das colônias inglesas na América do Norte, que redigiu a Declaração da Independência, segundo a qual todos os homens são iguais, era proprietário de escravos (LOSURDO, 2006). Acrescente-se que Jefferson não se encontrava sozinho na defesa da liberdade. Em sua luta pela emancipação da Inglaterra, George Washington alertava que

[...] os colonos americanos “se sentem miseravelmente oprimidos como os nossos negros”. Depois de ter reafirmado que os colonos americanos podem se orgulhar de uma linhagem não menos nobre e não menos merecedora da liberdade dos ingleses da metrópole, em relação aos governantes de Londres, John Adams proclama: “não queremos ser os negros deles” (LOSURDO, 2006, p. 61).

Apesar da aparente dicotomia entre o pensamento liberal e a escravidão, na verdade, não passou em suas origens de um paradoxo verbal. A contradição só se materializou quando o desenvolvimento das forças produtivas não mais comportava a utilização da mão de obra escrava. No entanto, se o trabalho livre se fez presente em solo europeu e nos EUA após a Guerra de Secessão (1861-65), é importante lembrar que sua manutenção se fez presente no Brasil até o final do século XIX, bem como continuaram a existir condições análogas à escravidão nas colônias europeias. De forma sintética, é possível afirmar que o pensamento liberal defende o Estado como instrumento de preservação do direito natural da liberdade e propriedade, sem interferência nas atividades econômicas do indivíduo,

Na área social, o liberalismo, coerentemente, defende a tese de que a ação deve não só ser livre à iniciativa privada de indivíduos ou pessoas jurídicas, mas ficar restrita a essa iniciativa. Assim, não cabe ao Estado planejar, operar, regular ou fiscalizar atividades relacionadas à prestação de serviços de saúde, de educação, de seguridade etc. – as chamadas “políticas públicas”. O Estado só tem direito de intervir nesses afazeres privados quando se tratar de uma presuntiva violação de direito individual ou quebra de contrato (CHAVES, 2007, p. 10).

Em outras palavras, cabe ao mercado organizar as regras e as normas das atividades econômicas. Qualquer ação em contrário é considerada uma intromissão indevida na liberdade dos cidadãos. É importante compreender que a existência do Estado não foi capaz de assegurar a existência da liberdade para todos. A partir das discussões empreendidas, emerge o seguinte questionamento: Poderia ser diferente do ponto de vista da burguesia? Do mesmo modo, a

educação escolar dos pobres não foi tema de preocupação dos defensores da liberdade nas origens do pensamento liberal.

Bernard Mandeville (1670-1733), que geralmente é incluído entre aqueles que contribuíram para o progresso das luzes o século XVIII, afirmou que o ensino da leitura, escrita e contar consistia em:

Para fazer feliz a sociedade e manter as pessoas contentes, mesmo nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja, ao mesmo tempo que pobres, também totalmente ignorantes. O saber amplia e multiplica os nossos desejos, e quanto menos coisas um homem ambicione, tanto mais facilmente se lhe poderão satisfazer as necessidades. Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo Estado ou Reino exigem que os conhecimentos da classe pobre trabalhadora se limitem à esfera de suas ocupações e que nunca se estendam (no que se refere às coisas visíveis) para além do que se relaciona com a sua profissão (MANDEVILLE, 2001, p. 190).

Para este filósofo holandês quanto mais conhecimento do mundo e das coisas alheias ao seu trabalho ou emprego “tenha um pastor, um lavrador ou qualquer outro camponês, tanto mais difícil lhe será suportar com alegria e satisfação as fadigas e as dificuldades de seu ofício” (MANDEVILLE, 2001, p. 190). Como se vê, Mandeville expressa claramente um projeto de classe. Para o autor, a única instrução considerada suficiente aos filhos dos pobres era aquela administrada pela Igreja nos sermões.

Entretanto, o posicionamento de Mandeville não é isolado. O ideário pedagógico liberal do século XVIII não se confundia com uma perspectiva de difusão do conhecimento para todas as classes. E nem poderia ser de forma diferente. Além das condições materiais dadas pela organização da produção, que impediam a universalização da escola, as proposições liberais não enxergavam a necessidade de educação do povo.

A propósito, é interessante uma brevíssima comparação entre Mandeville e John Locke, considerado o pai do liberalismo. Como afirma Saviani (2008, p. 102) sobre o primeiro, “nenhum outro terá formulado com maior clareza, sinceridade e fidelidade a visão burguesa de educação popular do que Mandeville”. Dessa forma, o pensamento liberal contemporâneo invoca Locke quando se trata de defender a educação liberal sem o inconveniente de explicitar que o esclarecimento não é para os filhos dos pobres. Isto posto, tal qual Mandeville, Locke também se ocupou da questão educacional, entretanto, a perspectiva pedagógica do pai do liberalismo objetivava formar os filhos da burguesia para a nova sociedade.

3 Princípios político-pedagógicos em John Locke: a educação nos marcos do liberalismo

A produção intelectual de John Locke refletiu profundamente um dos momentos históricos mais turbulentos da história inglesa e as transformações que ocorriam no âmbito da política, da educação e nas chamadas ciências modernas ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Suas proposições a respeito da educação não podem ser desvinculadas das lutas travadas pela burguesia no processo de constituição da ordem capitalista. Em oposição ao conhecimento dogmático e livresco, Locke compreendia o homem como uma criatura de Deus, livre e racional, cuja mente constituía-se “[...] um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias [...]” (LOCKE, 1988 p. 27). Assim, a experiência era elemento fundamental na aquisição do conhecimento e formação do homem para a nova ordem.

Dessa forma, é importante compreender que John Locke presenciou a intensificação das atividades comerciais protagonizadas pela Inglaterra pelo mundo e as lutas políticas ocorridas no período. A ciência moderna para o atendimento das demandas burguesas na medida buscava solucionar os problemas técnicos que permitiram a expansão do comércio. Os problemas decorrentes da expansão das atividades comerciais eram uma constante para os homens de negócio da burguesia. Assim, a ciência do período procurou solucionar uma série de problemas com a produção de instrumentos úteis e imediatos.

As observações com as lentes dos telescópios foram úteis para estabelecer as longitudes e inovar as técnicas da astronomia, da navegação, da geografia, da matemática, da mecânica e dos relógios de pêndulo e de bolso. Vários cientistas procuraram observar a hora das marés para formular uma teoria e contribuir para a solução de um problema da navegação. A escassez de madeira era outro problema; o uso do carvão resolvia o problema do combustível, mas ameaçava a construção de navios (TERUYA, 2004, p. 120).

Para além dos interesses burgueses no comércio, o ambiente cultural da Inglaterra no período foi caracterizado pela crítica aos princípios metafísicos presentes em instituições religiosas. Com a ascensão das relações capitalistas, as ideias contrárias ao absolutismo ganharam espaço no território inglês. O fortalecimento econômico da burguesia mercantil se colocava em oposição a ideia de uma monarquia determinada pelo direito divino, surgindo um intenso antagonismo entre o poder real e o poder do parlamento.

Nesse sentido, constata-se que as condições políticas e sociais da Inglaterra diferiam um pouco das nações europeias do continente. Como afirmamos anteriormente, elementos da velha

ordem feudal conviviam com o capitalismo em formação. Ainda que o comércio constituísse no elemento central da economia, as manufaturas e a agricultura cresciam em importância. A nobreza que nas nações continentais da Europa representavam a vanguarda do atraso, na Inglaterra se encontrava dividida em duas camadas: a alta nobreza possuía características parasitárias muito próximas de suas congêneres dos estados europeus; a pequena e média nobreza possuíam entre seus membros indivíduos provenientes do comércio, manufatura, traficantes de escravos, entre outros. Possuir propriedades territoriais na Inglaterra nesse momento histórico era um investimento lucrativo para vários setores, inclusive para a burguesia, tal qual o processo de acumulação primitiva do capital (MARX, 1985).

A compra de terras significava para o indivíduo o pertencimento ao quadro da gentry, segmento dos proprietários rurais que se dedicava também as atividades de comércio em uma atitude claramente capitalista. Dessa forma, diferenciava-se dos plebeus, pois adquiriam o direito de utilizar um brasão. O gentleman, como eram denominados seus membros, se constituíam na origem de classe de alunos de John Locke e das famílias para as quais serviu (FLORENZANO, 1986). Locke expressa, pois, o pensamento de seu tempo, o qual assevera que toda a afirmação deve ser comprovada por meio da experiência, o que não deve causar estranheza em um momento de afirmação do modo de produção capitalista.

Segundo o filósofo inglês, “[...] o espírito dos meninos toma este ou aquele caminho tão facilmente como a água” (LOCKE, 1988, p. 32). Dessa forma, os vínculos entre liberalismo e educação foram forjados em um contexto que o capital se consolidava e apresentava novas demandas para a formação de um novo tipo de homem.

É diante deste cenário, marcado pela ascensão da burguesia que devemos compreender as proposições de Locke, que desempenhou um papel importante da discussão sobre o conhecimento. Seus enunciados no âmbito da educação são marcados pela necessidade de formação dos homens de posses.

Assentimos, assim, com Nunes (2017, p. 146) quando afirma que, para que seja possível enfrentar o problema proposto sob o prisma eleito e já explicitado anteriormente “é necessário, em primeiro lugar, situar a obra lockeana no tempo e no espaço, uma vez que o recorte temporal e espacial no qual o autor escreveu influenciou muito sua produção”. A seleção deste pensador para compor a discussão em questão está pautada na compreensão de que este, por meio de seus

escritos filosóficos-políticos, com proposições educacionais, tem influenciado ao longo do tempo diversas práticas sociais.

Portanto, é válido ressaltarmos o cerne do seu pensamento, o qual “assegura que toda a afirmação deve ser comprovada por meio da experiência, tendo em vista, que a investigação experimental pode desmascarar as falsas verdades escondidas no discurso social.” (TERUYA *et al.*, 2010, p. 11). Neste sentido, na gênese da estrutura do sistema de ideias lockeano “se é à experiência que se atribui o papel de causa do conhecimento, à razão é atribuída a função de sistematizar referido conhecimento, sendo o meio pelo qual se alcançam percepções complexas de mundo” (NUNES, 2017, 149).

Para Nunes (2017, p. 150) os principais escritos de Locke que nos demonstram os princípios de sua concepção educacional constituem-se “em um conjunto organizado de correspondências que mantinha com alguns conhecidos seus, com a finalidade de orientá-los como pais na educação de seus filhos”. Contudo, é válido lembrar que essa obra em seus fundamentos tem como intuito formar um tipo de homem ideal, considerando os aspectos necessários para a convivência social naquele tempo, de acordo com as novas conjunturas que se forjavam, neste caso, estava se tratando do homem burguês e do novo modo de organização no qual este viveria. Deste modo,

Para compreender adequadamente as propostas formuladas por Locke para a educação, mais uma vez é necessário fixar algumas premissas fundamentais. Em primeiro lugar, o alvo dos “conselhos” lockeanos é o homem burguês. Suas propostas visam, portanto, fazer com que se forme um homem bem-educado e útil para sua pátria, dentro dos parâmetros esperados de uma sociedade burguesa do Século XVII (NUNES, 2017, p. 151)

Assim, a perspectiva pedagógica de Locke se insere em um movimento de oposição ao modelo metafísico-religioso, que tinha sido predominante na Idade Média. Isso significa que o autor inglês identifica a educação como um instrumento de reorganização da sociedade em torno do novo modelo produtivo. Por isso, fazia-se necessária uma educação condizente com os novos tempos. O conhecimento compreendido nas relações feudais, em que os princípios teológicos pautavam as visões de mundo e de homem, era contestado em sua teoria, ao afirmar que a razão era quem “[...] permitia ao homem deduzir verdades desconhecidas de princípios ou preposições já conhecidas” (LOCKE, 1988, p. 15). Diante dessa afirmativa, o homem era compreendido como um ser racional e suas experiências o formariam nessa nova sociedade que se originara.

A educação do novo homem, o homem burguês, diante do desenvolvimento da indústria e do comércio deveria ser liberal, pois este deveria ser educado para os negócios a fim de saber lidar com o dinheiro e multiplicá-lo. E, para tal, a educação nesses moldes só poderia ser concebida com excelência a partir da contratação de um preceptor para ensinar não apenas isso, mas também costumes de acordo com dinâmica social imposta.

Os valores das novas classes dirigentes eram plenamente compatíveis com o pensamento de Locke. Não há nesse espírito burguês, segundo Manacorda (1996), o desejo humanitário dos religiosos, católicos ou pietistas, cuja obra, entretanto, quase sempre se reduz a fornecer, à custa da sociedade uma mão-de-obra mais adaptada para o atendimento das novas indústrias, mas há apenas a orientação prática do gentleman que, se não desconhece os problemas sociais, também se preocupa com eles.

Desse modo, em sua compreensão, era imperioso que a mente da criança fosse preenchida por meio das atividades práticas educacionais o mais cedo possível, pois as impressões iniciais são fundamentais para a constituição do ser adulto. Ao preconizar a educação desde a tenra idade, enfatizava e vislumbrava, por meio dela que, “O cavalheiro não é um parasita brilhante ou gracioso da corte, mas um cavalheiro, que protege a vida e a liberdade inglesa e se ocupa de conduzir os assuntos da nação (LOCKE *apud* SANTOS; GÓIS, 2009, p. 81). Segundo o filósofo inglês,

O propósito da educação é dominar a natureza. O menino não é mau, nem antissocial por si mesmo, porém tende a se comportar de acordo com a lei da natureza. A mesma lei de cuja insegurança os homens logram escapar mediante o contato social. A educação propõe a fazer-lhes renunciar a esse estado desde pequenos, e seu método consiste na disciplina e na severidade (LOCKE 2000 *apud* SANTOS; GÓIS, 2009, p. 81).

Tal qual o modelo jusnaturalista de Locke, que parte do Estado de Natureza, realiza a passagem para o estado civil pela mediação do contrato social, a educação do homem também representa a mesma finalidade: a superação de sua condição do estado natural. Em seus escritos, ressaltava que, o homem deve ser capaz de atuar conforme os preceitos da razão, distanciando-se do dogmatismo e dos conhecimentos que não podem ser comprovados.

A perspectiva pedagógica do filósofo inglês constituiu-se na expressão das inovações de sua época, na medida em que apontava para uma educação alicerçada na experimentação, nas questões práticas da vida e na superação dos castigos físicos. Por isso, propunha outros métodos

que representassem o mundo real. Manacorda (1996), ao discorrer acerca da história da educação no período em questão, conclui que, “[...] O jogo, a utilidade prática, a persuasão racional, os métodos não-constritivos e o autogoverno são os instrumentos desta pedagogia, que objetiva não a variedade dos conhecimentos, mas a liberdade do pensamento” (MANACORDA, 1996, p. 226). Sobre isso, o pesquisador afirma, ainda, que,

A esses podem acrescentar-se a educação física e o trabalho, que, todavia, servem especialmente para o fortalecimento moral e como hobby, útil ao gentil-homem também para o controle da boa execução do trabalho dos dependentes. De qualquer forma, na preparação dos pobres ou na reeducação dos delinquentes o trabalho (e a educação física) começa a fazer parte insuprimível da reflexão sobre a formação do homem: como instrumental e subordinado ou como hobby, ele impõe, todavia, como problemas do

futuro, ao lado do problema do patrimônio cultural e de sua sistematização [...], das metodologias didáticas pelas quais transmiti-lo à criança e das relações permissivas ou repressivas entre adultos e adolescentes (MANACORDA, 1996, p. 226).

Enfatiza-se que a formação do espírito disciplinado em Locke não significa ceder espaço para os rigores das penalidades alicerçadas nos castigos físicos, que em seu entendimento, formaria homens sem iniciativa, já que para o pensador inglês,

A rígida disciplina do letárgio está fundada sobre outros princípios, pois não tem atração alguma, no que diz respeito ao humor que o menino tem, nem estuda os momentos favoráveis em que se desperta a afeição. E, em efeito, quando se tem exercitado a aversão dos meninos pela violência e pelos golpes, seria ridículo esperar que abandone o jogo voluntariamente e por seu gosto, e que por si mesmo buscará as ocasiões de estudar (LOCKE, 1986, p. 106).

O pensamento pedagógico de Locke expressou a defesa da tolerância em oposição as punições corporais como método educativo. Nesse sentido, sua produção reflete o processo de transformação ocorrido na sociedade inglesa do século XVII, que transformou a Inglaterra de estado feudal com uma economia agrícola para uma monarquia parlamentar burguesa em que o rei não ocupa mais o papel de absoluto.

Sobre os abusos disciplinares, o filósofo afirmava que “[...] a grande severidade nos castigos faz muito pouco bem e, pelo contrário, muito mal na educação; [...] os meninos mais castigados são os menos aptos para serem os homens melhores” (LOCKE, 1986, p. 75). Como alternativa, a educação do jovem deve criar um conjunto de normas e regras desde cedo, disciplinando a mente pois desse modo, os futuros homens poderão assumir comportamentos

desejados para uma sociedade livre. Em relação a responsabilidade do tutor na educação do discípulo, entendia que,

[...] A grande tarefa de um tutor é moldar a conduta e formar o espírito, estabelecer em seu discípulo os bons hábitos, os princípios da virtude e da sabedoria, dando-lhe pouco a pouco uma ideia do mundo, desenvolver nele a tendência a amar e a imitar tudo que é bom e digno de louvor, tornando-se vigoroso, ativo e hábil (LOCKE, 1986, p. 131-133).

Com essa perspectiva, fica evidente, em nosso entendimento, que a obediência cega deve ser substituída pelo livre exercício da razão. Porém, isso só será possível na medida que as novas gerações forem formadas a partir do constante exercício da mente. Nesses termos, na proposta lockeana observa-se o processo de dissolução da tradição humanística, “[...] retomando a crítica de Montaigne¹ aos perdidos no estudo de palavras remotas em vez de utilizá-los no estudo das coisas presentes” (MANACORDA, 1996, p. 226).

4 Contradições explícitas em uma perspectiva naturalizadora de desigualdades

Como evidenciamos no decorrer da discussão, o liberalismo forjou-se no processo de ascensão da burguesia e de consolidação do capitalismo. Sua difusão contribuiu para a legitimação de uma nova ordem de organização e produção social. A liberdade propugnada pelos liberais teve como resultado prático muito mais estreito do que expressou doutrinariamente.

O indivíduo, na concepção liberal, “nunca passou de uma abstração a quem a sociedade capitalista jamais conferiu todos os benefícios que gerou, pois, o liberalismo sempre foi propenso a estabelecer uma antítese entre liberdade e igualdade” (TROJAN, 2016, p. 185). No entanto, apesar da diferença entre o proclamado e o concreto, o ideário liberal difundiu a ideia de que todos os homens são iguais e portadores dos mesmos direitos e as diferenças são oriundas da capacidade de trabalho de cada um.

Desse modo, o indivíduo abstrato que o liberalismo se propôs a defender constituiu-se no burguês concreto, que dispõe de recursos para preservar a liberdade pessoal. Sobre essa questão, ao analisar o caráter abstrato da universalidade pretendida pelo liberalismo burguês, Marx apresenta uma síntese contundente. Segundo o pensador alemão,

¹ Michel de Montaigne (1533-1592) foi um escritor, jurista, político e filósofo francês. Sua produção converge para uma proposta pedagógica orientada pelo ceticismo intelectual pois seria improvável a aquisição do conhecimento definitivo.

Particularmente nas condições até aqui dadas, sempre que uma classe exerceu o domínio, sempre que as condições de vida de um indivíduo coincidiram com as de uma classe, ou seja, sempre que a missão prática de cada nova classe ascendente necessariamente se apresentou a cada indivíduo dessa mesma classe como uma missão universal e que cada classe realmente só conseguiu derrubar a precedente libertando os indivíduos de todas as classes de algumas amarras que até ali os prendiam – particularmente sob estas circunstâncias se fez necessário apresentar a missão dos indivíduos de uma classe que almejava tomar o poder como a missão humana universal (MARX; ENGELS, 2007, p. 280).

É evidente que a doutrina liberal ao tratar do indivíduo abstrato, assim como as ideias de liberdade e igualdade, apresenta em seu cerne inúmeras contradições, já que desconsidera, via de regra, as condições objetivas da existência do homem burguês. Entendemos que ao empreender a análise histórica, é necessário ao pesquisador, compreender que,

A finalidade precípua das ideias, conceitos, doutrinas ou teorias é exprimir e constituir as relações sociais. Ocorre que as várias modalidades de consciência (ou ciência) [...] constituem-se, segundo as posições relativas das pessoas, grupos e classes sociais, nas relações de dependência, alienação e antagonismo em que se acham inseridas (IANNI, 1992, p. 26).

Portanto, ao estudar o sistema de ideias que configuram o pensamento liberal, especialmente seus aspectos relacionados à educação, é imprescindível considerar que este sistema diz respeito, especificamente, a determinado modo de pensar o mundo, constitui-se como uma visão específica de mundo, de homem e de sociedade ideal. Assim como enfatiza Ianni (1992, p. 26), não por acaso, “Como doutrina social, política e econômica [...] o liberalismo generalizou-se tanto na sociedade inglesa como entre as classes dominantes nos países coloniais dependentes do imperialismo inglês”. Em outras palavras, a doutrina liberal vincula-se necessariamente aos que possuem o capital. Assim, convém ressaltar que a transformação que se produziu na base econômica,

[...] transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir, sempre, a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas, fielmente, com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas, sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito [...] (IANNI, 1992, p. 83).

Neste meandro, a educação como prática social humana, prática social essa, imbricada de diversas outras questões objetivas e subjetivas, por sua vez, corresponde a uma esfera da vida

social e, desse modo, compreende parte da superestrutura social. De acordo com os estudos de Silva (2006), ao escrever especificamente sobre a educação, John Locke defendia que,

[...] para ordenar a sociedade, é necessária uma educação voltada para a formação do filho primogênito do novo proprietário e coloca esta tarefa aos cuidados do pai e de um preceptor que descreve como alguém muito especial, bem-educado, que conheça diversas culturas, diversos costumes, que saiba diferentes formas de cortesias para as diferentes personalidades (um gentleman), que tenha viajado por várias partes do mundo e com experiências de vida (SILVA, 2006, p. 98, grifos nossos).

Silva (2006) ressalta, ainda, que o interesse do filósofo inglês era sempre a formação de homens capazes de executarem bons negócios e que, desse modo, contribuiriam para sociedade avançar na forma que vai se impondo dominante. Assim, como Locke se preocupa primordialmente com os filhos da classe proprietária, “busca transformá-los em homens cavalheiros de bons hábitos e conhecimentos úteis para os negócios no novo mundo” (SILVA, 2006, p. 98). Assim, ao considerar os sucessos e fracassos sociais dos indivíduos, em relação às suas condições de existência,

[...] o filósofo inglês deixa claro o compromisso da educação para com o filho da classe dos proprietários. Seu tratamento para com a classe dos trabalhadores e dos homens desempregados é outro. Vale lembrar, ainda, que John Locke nunca escreveu sobre a questão de terras coletivas como algo possível na vida dos homens. Sobre a questão da multiplicação de trabalhadores desempregados na Inglaterra de sua época, ele escreveu em 1697, enquanto membro da comissão de comércio, que a mesma era causada por, digamos assim, incapacidade pessoal do indivíduo [...] (SILVA, 2006, p. 99).

Ademais, em suas formulações filosófico-políticas de cunho pedagógico, Locke não tratou da questão dos trabalhadores desempregados, tampouco, preocupou-se com a questão dos pobres, “como homens livres ou integrados socialmente por direito na comunidade política” (SILVA, 2006, p. 99, grifos nossos).

Em contrapartida, traduzia plena convicção de que estes homens, caso não fossem submetidos ao mesmo padrão moral exigido pela nova configuração social que se colocava historicamente diante deles, especialmente no que se refere ao uso da razão, que configurou este processo, “deveriam estar sempre severamente submetidos às leis do Estado” (SILVA, 2006, p. 99). Vemos aqui, portanto, explicitamente fundamentos contraditórios em sua essência, já que por um lado, existia a defesa da igualdade e da liberdade e, em termos educacionais, a defesa primordial de uma boa educação, adequada a formação do gentil-homem, que o formasse para comandar a nova sociedade. Por outro, temos a defesa da subserviência, da obediência ao Estado,

por aquele que não possuísse o desenvolvimento da razão tal qual era proferido para aquele novo tempo, naturalizava, portanto, as desigualdades, explicando-as como fruto da (in)capacidade de cada um.

Por fim, há diferentes possibilidades de análise das propostas de John Locke, porém é importante não o desvincular do contexto histórico do qual fez parte. Se assim o fizermos, correremos o risco de uma compreensão esvaziada de historicidade do pensamento liberal.

5 Conclusões

Em linhas gerais, pode-se dizer que não existe um consenso em relação a definição do termo Liberalismo. Contudo, diversos pesquisadores, ao longo do tempo, têm se debruçado a compreender os pressupostos implicados em tal termo, sejam eles de cunho político, econômico ou educacional. Desse modo, a literatura acadêmico-científica, tem nos mostrado que o pensamento liberal, surgiu no contexto da modernidade, essencialmente, por meio da luta histórica entre a aristocracia e a burguesia em ascensão.

Nesta seara, diversos pensadores contribuíram sobremaneira, para desenvolvimento, propagação e aceitação dos ideais liberais, tornando-o assim, uma visão de mundo hegemônica, quando se tratava da defesa do homem burguês moderno e de seus respectivos direitos naturais, dentre eles, especialmente: o direito à liberdade e a propriedade.

Entendemos, por meio dos estudos empreendidos à luz da epistemologia materialista marxiana, que as questões centrais que permeiam o desenvolvimento do pensamento liberal moderno e, por conseguinte, o legado teórico lockeano, expressam três valores básicos da sociedade burguesa: a Liberdade, entendida como liberdade de comércio; o Individualismo, que tem a centralidade no próprio homem; e, a Igualdade, neste caso, jurídica e abstrata.

A educação professada por Locke, era voltada para formação do homem burguês, cuja responsabilidade histórica, segundo ele, era a de ordenar a nova sociedade e comandar os negócios. Observa-se, ainda, que a educação dos pobres/trabalhadores foi ignorada por Locke, e também pelo movimento liberal, pois não era conveniente que o saber chegasse à esta classe, uma vez que a ignorância destes é mais benéfica para os burgueses. O legado teórico lockeano, ainda hoje reverbera em discursos na defesa da liberdade individual, do livre mercado e, da militância meritocrática. Ressalta-se que a análise materialista histórico-dialética, não se resume em

compreender os fatos por eles mesmos, portanto, coube uma retomada histórica para a compreensão dos principais elementos que possibilitaram o desenvolvimento do pensamento liberal. Logo, é fundamental conceber o objeto em sua totalidade histórica e, nesse caso, o pensamento de Locke e, especificamente, seus postulados acerca da educação. Cabe ao pesquisador compreender que sua produção é datada historicamente, tratam-se, em nossa avaliação, de fundamentos pertinentes para compreendermos o caráter da defesa da educação liberal de modo geral.

A análise nos permite perceber como se deu historicamente o processo de ascensão da burguesia e, como neste momento foi necessário o desenvolvimento de novas explicações acerca dos direitos, novas formulações teóricas na defesa do homem e da capacidade humana, especialmente a valorização da razão. Entretanto, nos leva a perceber também, as contradições explícitas no discurso professado, na defesa de temas abstratos como a igualdade e a liberdade. Além disso, nos possibilita compreender como a educação foi idealizada em distintos momentos históricos, aliás, se faz possível perceber como as características definidoras da ação pedagógica podem se modificar de acordo com a classe à qual esta se destina.

Por fim, sumariamente, vale lembrar que, os discursos neoliberais atuais muito se assemelham às defesas empreendidas pelos pensadores liberais, tanto os modernos, quanto clássicos. É válido pensar que o prefixo –neo– incluído no termo liberalismo opera, na atualidade, em última instância, com um sistema de ideias forjado no âmbito da modernidade.

Referências

- ANDERY, M. A. *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro: Espaço Tempo: São Paulo: Educ, 2012.
- ALVES, G. L. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. *In:* LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **Liberalismo e educação em debate.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 61-86.
- BOITO JUNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.
- CHAVES, E. O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para educação: uma defesa. *In:* LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **Liberalismo e educação em debate.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 1-60.
- FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IANNI, O. **Marx**: sociologia. São Paulo: Ática, 1992.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LOCKE, J. **Pensamientos sobre la educación**. Madrid: Akal, 1986.
- LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1996.
- MANDEVILLE, B. **La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- MARX, K.; ENGELS, F. Novo Testamento: “eu”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 235-432.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NOMA, A. K. O Neoliberalismo: doutrina, movimento e conjunto de políticas. In: TOLEDO, C. A. A.; NOMA, A. K. (org.). **Políticas públicas educação na contemporaneidade**. Maringá: Eduem, 2017. v. 1, p. 100-124.
- NUNES, J. F. A proposta pedagógica de John Locke: a determinação pelo empirismo e pelo liberalismo. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 145-157, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/289>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A. *et al.* **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. São Paulo: Educ, 1996. p. 163-169.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SANTOS, V. M.; GÓIS, M. N. A disciplina em Locke e a formação do homem burguês. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, SE, v. 3, p. 79-86, jul./dez. 2009.
- SILVA, V. História, filosofia política e educação na gênese do capitalismo: John Locke (1632 - 1704). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2006. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2006-Valdair_Silva.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- TERUYA, T. K. *et al.* As contribuições de John Locke no pensamento educacional contemporâneo. In: JORNADA DO HISTEDBR, 9., 2010, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2010. Tema: História, Sociedade e Educação no Brasil. p. 1-18.
- TERUYA, T. K. A ética puritana, a educação, a ciência e a tecnologia na Inglaterra do século XVII. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 117-121, 2004.
- TROJAN, R. M. Estética pós-moderna ou estetização do real? impactos no trabalho e na educação. In: SCHLESENER, A. H; MASSON, G; SUBTIL; M. J. D. (org.). **Marxismo e educação**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. p. 181-206.